

# A cidade de Manaus e a crise da borracha: uma breve análise histórica

Thiago Oliveira Neto<sup>1</sup> e Ricardo Jose Batista Nogueira<sup>2</sup>

1 Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas. Bolsista CNPq no PIBIC, Brasil. E-mail: thiagoton91@live.com

2 Doutor em Geografia pela USP. Professor Associado II, do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, Brasil. E-mail: nogueiraricardo@uol.com

**RESUMO:** Esta pesquisa busca enfatizar o início da crise da borracha, abordando os primeiros anos e as consequências que essa crise trouxe à cidade de Manaus, no período correspondente aos fins do século XIX até o início do século XX. Nesse sentido, o principal propósito deste estudo é indagar sobre os motivos que levaram à crise e seus reflexos na cidade, bem como sobre o comportamento das autoridades perante tal situação econômico-social. Tratar-se-á também das primeiras tentativas para minimizar o impacto da crise. Assim, foi estabelecida uma sequência de três momentos históricos: o primeiro, quando sementes de seringueira da Amazônia são levadas para a Ásia; a segunda parte trata da possível ameaça de uma concorrência com seringais asiáticos; e a última etapa marca o início da crise econômica. Vários fatores culminaram na crise, que afetou diretamente, a cidade de Manaus, a partir de quando os objetos construídos, naquele momento, na área urbana, passaram a ter outros usos e desusos ao longo dos anos.

**Palavras chave:** crise da borracha, cidade, Amazônia, objetos construídos.

## The city of Manaus and the crisis of rubber: a brief history analysis

**ABSTRACT:** This research seeks to emphasize the beginning of the rubber crisis, addressing the early years and the consequences that this crisis has brought to the city of Manaus, in the period corresponding to the end of the nineteenth century to the early twentieth century. In this sense, the main purpose of this study is to inquire about the reasons that led to the crisis and its impact on the city and on the behavior of the authorities towards such economic and social situation. It will also treat early attempts to minimize the impact of crisis. Thus, a sequence of three historical moments was established: the first, when rubber seeds in the Amazon are brought to Asia; the second part deals with the possible threat of competition with Asian rubber plantations; and the final stage marks the beginning of the economic crisis. Several factors led to the crisis, which directly affected the city of Manaus, from where the built objects, at that time, in the urban area, now have other uses and disuses over the years.

**Keywords:** rubber crisis, city, Amazon, built objects.

## 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

A crise da borracha amazônica teve seu início nas últimas décadas do século XIX, quando foram retiradas, da Amazônia, se-

mentes de seringueiras que iriam constituir uma grande plantação no continente asiático, o que acarretaria, anos mais tarde, uma desvalorização da borracha no mercado mundial, diminuição da arrecadação de impostos nos Estados e Territórios da Amazônia e uma desestruturação da organização espacial da produção de borracha. Contudo, isso só ocorreria na primeira década do sé-

---

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido no projeto de PIBIC 2012-2013 com o título: A cidade e a crise da borracha: a gênese da crise manauara e seus efeitos na infraestrutura urbana e na economia. Bolsa CNPq.

culo XX.

Os documentos oficiais do final do século XIX, apontam nas entrelinhas uma preocupação dos administradores do Estado do Amazonas com a única fonte de arrecadação que mantinha o serviço público em funcionamento na cidade de Manaus. Nota-se que essa cautela não passou de ato figurativo, pois, conforme o período estudado de 1880 a 1916, poucas ações foram, de fato, realizadas em busca de novos meios de diversificar as finanças. Na cidade de Manaus, ainda no século XIX, já surgiam os primeiros indícios da decadência econômica, a qual vem à tona no início do século XX.

Observa-se que o contexto da crise se estabelece numa téttrade, assim formada: o início da produção de borracha no continente asiático; o modo primitivo da extração do látex amazônico; a exportação de borracha como única via para se obter arrecadação do Estado; a ausência de investimentos no extrativismo da borracha. Esses aspectos proporcionaram uma desvantagem quando se inseriu o látex mais rentável e de maior oferta, provocando a desvalorização do produto e, conseqüentemente, afetando as finanças do Amazonas.

Apenas quando as arrecadações da exportação se tornaram escassas, o poder público passou a tomar iniciativas para viabilizar outras fontes de arrecadação. Contudo nenhum outro produto extrativista tinha tanta aceitação no mercado como a borracha devido a sua empregabilidade na indústria naquele momento.

Esses inúmeros empecilhos acarretaram a desestruturação de uma cadeia de produção, afetando diretamente os seringueiros dos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Pará, e as respectivas cidades amazônicas que garantiam sua manutenção urbana com

capital oriundo das exportações extrativistas.

Nesse estudo, busca-se ampliar a discussão referente aos elementos que propiciaram a compreensão dos fatos que encaminharam Manaus a vivência de uma crise econômica que se estenderia até o início dos anos 1960. Contudo, por questão prática, esta pesquisa envolverá o período dos primeiros sinais da crise até o fim do Governo de Jonathas Pedrosa, quando ela já se tornava evidente aos olhos do poder público e da elite extrativista amazonense composta pelos seringalistas, comerciantes locais e estrangeiros.

Este estudo foi concebido a partir da interpretação histórica por meio da Nova História Cultural, permitindo compreender e interpretar aspectos históricos presentes em documentos oficiais, apesar destes não serem neutros e esboçarem o ideal da administração e da elite regional, nesse sentido, utilizou-se de outras fontes bibliográficas como apoio. Com essa proposição, torna-se concebível construir um caminho para verificar documentos oficiais de administração estadual do Amazonas no início do século XX.

O artigo foi esboçado em uma única estrutura, destacando aspectos que acarretaram a crise da borracha e algumas breves proposições dos administradores do Estado, e no final, ressalta que na ausência de recursos para realizar manutenção nos objetos geográficos construídos, estes ainda permanecem enquanto formas espaciais na cidade de Manaus.

## 2 CIDADE NA CRISE

Diversos e variados fatores provocaram a crise econômica da borracha, mas o primei-

ro e principal foi quando Henry Alexander Wickman levou sementes da *Hevea brasiliensis* para serem cultivadas e transplantadas nos locais da futura produção de látex. Esse acontecimento, que teve início no ano de 1876, surtiu efeito três décadas mais tarde, momento que as sementes transplantadas começaram a produzir.

(...) 1876, Henry Alexander Wickman largava de Belém, a bordo do navio *Amazonas*, no dia 29 de maio de 1876, levando 70.000 sementes da *Hevea brasiliensis*, colhidas em Santarém e retiradas para o Jardim Botânico Kew Gardens, em Londres, das quais germinaram apenas 2.397. De Kew Gardens as pequenas plantas foram expedidas em agosto de 1876 para o Ceilão e distribuídas para os Jardins Botânicos de Peradenya e Heneratgoda para aclimação. No ano seguinte procedia-se a sementeira em Cingapura e daí para Perak no norte da Península e para os Estados Federados Malaios e Malaca em 1895 ([BENCHIMOL, 1999, p 208](#)).

[Benchimol \(1999, p. 222\)](#) afirmava que os “(...) ingleses responsáveis por essa revolução heveicultura não se descuidavam da pesquisa, tecnologia e ensino”, o que levou à realização de grandes investimentos no cultivo da *hevea*. Essas aplicações de capital teriam retorno em longo prazo, com a produção que aumentava a cada ano e que resultou na desvalorização da cotação da borracha, como se descreverá a seguir.

Apesar das dificuldades encontradas, o resultado das plantações foi satisfatório e, em poucos anos, destronava a Amazônia do mercado mundial, rompendo, assim, o monopólio amazônico.

O extrativismo da borracha amazônica se caracterizava por um monopólio natural, livre de concorrência, e era o maior fornecedor dessa matéria-prima. Esses vetores

favoreciam uma obtenção maior de lucro pela ausência de concorrência, ao vender suas mercadorias muito acima do preço natural delas, auferindo ganhos que consistiam em uma obtenção de lucros muito acima da sua taxa natural.

Durante o período compreendido, de 1880 a 1910, o poder público não viabilizava a produção agrícola ou outras vias capazes de fornecerem ao Estado receita igualável a borracha, consistindo esta na única fonte de riqueza, e dependente direta de sua exportação. Além disso, o enorme território era apontado como despovoado, isto interferia, pois dificultava a extração, como afirmou a Coronel Guilherme José Moreira, em 1884:

A provincia do Amazonas, rica de productos naturaes, com um territorio vastíssimo, mas com população relativamente insignificante, além de muito esparsa, sem industrias propriamente ditas, nem agricultura, tem o seu futuro entregue quase que exclusivamente á extração da gomma elastica, o mais importante de seus productos, a fonte mais abundante da sua riqueza ([EXPOSIÇÃO, 11 de março 1884, p. 9](#)).

Nas últimas décadas do século XIX, quando o governo já se preocupava com o futuro da economia amazonense, iniciou-se, então, o cultivo da *hevea*, ainda em pequeno número, como descreve Jose Lustosa da Cunha Paranaguá.

No quadro da produção do Amazonas póde-se dizer que só encontram-se productos naturaes da industria extractiva, e a borracha particularmente. Em alguns logares começa-se a ensaiar, em muito pequena escala é certo, o cultivo da seringueira ([RELATÓRIO, 25 de março de 1883, p. 69](#)).

Nesse mesmo contratempo em que se embelezava a cidade e a visão político econômica permanecia baseada no extrativismo da borracha, a agricultura era deixada em segundo plano, dando espaço à área dos seringais, considerada imensa, cujas árvores jamais se extinguiriam. Apesar de tais problemas ou em razão deles, como o excesso de tempo que se levava para percorrer as seringueiras na coleta do látex, algumas vilas foram consolidadas próximas aos seringais como forma de evitar que o trabalhador andasse inúmeros quilômetros, bem como iniciou-se, nessas vilas, a comercialização com os seringalistas e posteriormente com o regatão.

Demonstrando não temer o futuro da economia do Amazonas, mas preocupado com a questão social, o governo fez a seguinte declaração no Relatório de 1883:

Não sou d'aquelles que se arreceiam pelo futuro da provincia do Amazonas, vendo em breve tempo estancar-se a sua fonte de produção, com a devastação dos seringaes: a seiva é abundantissima, e ainda é immensa a area de terrenos desconhecidos. Assim, não é por esse lado que considero a vantagem de transformar em industria agricola a industria puramente extractiva da borracha. Além de consideravel augmento na produção, que provirá forçosamente da suppressão das distancias, em que encontram-se as arvores no estado nativo, com prejuizo do trabalhador, que perde muito tempo para percorrel-as, há vantagens importantissimas de outra ordem: ellas consistem em fixar e condensar em certos pontos uma população extremamente disseminada, em despertar o amor ao solo n'esses milhares de immigrants e naturaes, que por ahi arrastam uma existencia nomada, em fundar melhor a propriedade, em garanti o imperio da lei e a acção da justiça, em proporcionar enfim todas as vantagens da vida social ([RELATÓRIO, 25 de março de 1883, p. 69](#)).

Respeitava-se, portanto, o estado de latência pelo qual passava plantaço das seringueiras, na Amazônia, devido o tempo da maturidade da planta para poder retirar o látex, porém, considerava-se que tal plantaço, em alguns anos, pagaria os investimentos, como afirma [Paranaguá \(1883, p. 69\)](#):

Admitto que a seringueira exija muitos annos para attingir o desenvolvimento necessario á producção regular. Mas, dentro em poucos annos, a situação agricola que contiver alguns milhares de seringueiras, terá augmento de valor em proporção sufficiente para remunerar aquelles que por si ou por seus herdeiros não lograrem colher o precioso succo, cujas exigencias de consumo vão augmentando sempre, de um anno para outro.

Essa mesma concepção foi estabelecida e utilizada nas plantações realizadas no continente Asiático, e, de fato, resultaram num valor inigualável, se comparado ao da produção realizada na Amazônia, já nas primeiras décadas do século XX.

Vale destacar aqui que as condições financeiras que se vivenciava no período de 1880 até 1912 eram de cunho satisfatório aos administradores, que afirmavam que “continúa a provincia a gosar de prosperidade em seu estado financeiro” ([RELATÓRIO, 17 de março de 1882, p. 5](#)).

De fato, a produção e comercialização da borracha forneceu ao Estado somas satisfatórias de arrecadação, sendo que uma boa parcela foi destinada para executar e cobrir as “(...) grandes despesas determinadas pelas obras concluidas ultimamente n'esta capital e no interior da provincia” ([FALLA, 4 de abril de 1881, p. 9](#)). A cidade de Manaus, principalmente, passava por um processo de reestruturação urbana, visando criar um ambiente ideal, ou seja, um ambiente pro-

pício à vida saudável, similar as cidades europeias ([MESQUITA, 2005](#)).

Outras cidades como Belém no Estado do Pará foi alvo de ações de planejamento urbano, com construção de objetos geográficos no sítio urbano, tais como sistemas de engenharia expressos em redes de abastecimento de água e de coleta de efluentes, sistemas de transporte, energia elétrica, teatros, ruas calçadas e porto. Essa cidade citada mais Manaus foram pontos relevantes da rede de navegação fluvial na Amazônia, sendo estas duas cidades, desempenharam um papel relevante na comercialização da borracha nativa.

Via-se, então, a burguesia extrativista com tendência a consumir cada vez mais serviços pessoais, principalmente aqueles que o Estado estava implantando, como: energia elétrica, iluminação, teatro, calçamento, salubridade, rede de esgoto e água potável, entre outras infraestruturas e serviços, enquanto a borracha continuava sendo o “(...) principal gênero de exportação da província (...)” ([RELATÓRIO, 23/03/1883, p. 110](#)).

Nesse intervalo, enquanto os administradores de Manaus visavam o embelezamento da cidade, as plantações na Ásia se projetavam a se tornavam um forte concorrente, levando o governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt a afirmar que: “(...) já se inicia o plantio da seringueira, que sempre fôra descuidado” ([MENSAGEM, 1910, p. 58](#)). Ou seja, no Estado do Amazonas iniciou o plantio de forma tardia.

Na administração de Eduardo Ribeiro – 1892-1896 – as exportações de borracha mantiveram uma marcha ascendente ([MENSAGEM, 1896, p. 35](#)). Naquele momento, o destino da produção silvestre de látex era as indústrias europeias, estas de-

mandavam cada vez mais dessa matéria prima, tendo uso difundido na produção industrial a partir do século XVIII, com aplicações na fabricação de isolante de fios, brinquedos, galocha, borracha de apagar e posteriormente, no final do século XIX houve o emprego da borracha na indústria de pneumáticos ([LOUREIRO, 1986](#)).

Esse ritmo crescente nas exportações era acompanhado de crises e de instabilidade das cotações, mas que, algumas vezes, se recuperavam num curto período de tempo<sup>2</sup>. Sobre isso, o governador Antônio Constantino Nery afirmava, em sua Mensagem de 1906, que as plantações instaladas no continente asiático iriam se tornar forte concorrente no mercado de produção de borracha. Tal efeito tornou-se perceptível nos anos decorrentes a 1910, quando os administradores se depararam com a queda nas arrecadações devido à desvalorização no mercado mundial, tornando a Amazônia produtora secundária, num mercado saturado pelos seringais do oriente ([LOUREIRO, 1994](#)).

Com a assombrosa e real possibilidade de uma crise, Nery propõe, em sua Mensagem de Governo, um plano visando desenvolver outros setores da economia amazônica.

A nossa mesma mensagem, trouxe ao vosso conhecimento a necessidade que temos de fomentar o desenvolvimento da agricultura e industrial pastoril no nosso Estado, problema tão complexo e de máximo interesse para o Amazonas, que seria perfeitamente justificável qualquer sacrifício tendente a habilitar o governo com os elementos necessários à sua solução ([MENSAGEM, 1906, p. 40](#)).

<sup>2</sup> De acordo com [Loureiro \(1986\)](#), as crises recorrentes no início do século XX era de caráter especulativa como a de 1907-1908.

O desenvolvimento da cidade nos aspectos populacional, urbano e econômico se dava através da exportação de, basicamente, um produto que tinha uma grande demanda, já que outros produtos extrativistas, como: pirarucu, óleos, guaraná, couro, manteiga, peixe boi, salsa, tucum, castanha e cação ([RELATÓRIO, 25/03/1883](#)) eram de baixo consumo e valor, diferente da exportação da borracha<sup>3</sup>.

Apesar de a borracha ser assim considerada pelo Constantino Nery, a “(...) principal fonte de riqueza, a indústria extrativista, está ameaçada de um futuro não muito li-songeiro, pela concorrência que nos augura proxima lucta” ([MENSAGEM, 1906, p. 40](#)). Por esse depoimento, observa-se já uma preocupação com a arrecadação das receitas municipais e estaduais, perante a situação das plantações na Ásia, embora o governo amazonense jamais pensasse que o produto mais exportado, fonte de riqueza do Estado, encontraria um competidor no mercado em tão poucos anos. Nesse sentido, afirma:

Devemos sempre ter em vista que longe vão os tempos em que se acreditava que os nossos productos jamais poderiam encontrar fortes competidores ou soffrer diminuição da gomma de maniçoba nos outros Estados da Republica, e de outros similares na Africa, Asia e America Central, que começa a nos fazer competencia, constituindo, deste modo, grande ameaça á valorisação do nosso primeiro genero de exportação. Assim, a protecção que se dispense á agricultura em nosso

<sup>3</sup> Sistema extrativista que vinculou a empresa produtiva silvestre aos mercados externos, tanto para a exportação de seus gêneros, como a importação de bens de consumo, passando pelo funil da economia dos empórios urbanos radicados na área, provocando assim uma participação intensa do setor financeiro e bancário. ([BENCHIMOL, 1966, p 324](#)).

Estado será, quando nada, uma medida preventiva e asseguradora do nosso futuro ([MENSAGEM, 1906, pp. 40-41](#)).

A borracha foi a principal fonte de arrecadação de impostos, e sua queda representava uma crise com enormes perdas para o Estado, que assim não teria recursos para continuar as inúmeras obras de embelezamento<sup>4</sup>, e, como consequência, traria o desabastecimento de gêneros alimentícios. Além disso, provocaria mortes e deslustraria a miséria na cidade de Manaus, planejada apenas no sentido de receber turistas e acomodar a sua população nobre e os investidores, deixando o poder público de investir maciçamente na sua própria fonte de manutenção.

Os fatores que demonstram as diferenças na coleta da seiva no Amazonas frente às plantações asiáticas podem assim ser descritos: na Amazônia, as seringueiras estavam espalhas pela floresta; já no continente Asiático, foram plantadas em aglomerados, facilitando a colheita, perdendo-se menos tempo para percorrer, sangrar e retirar o látex<sup>5</sup>; a floresta amazônica é composta de inúmeros rios, pântanos e lagos, os quais além de serem quase intransponíveis, constituem local de proliferação de mosquitos transmissores de doenças, como a malária; doenças como paludismo, beri-

<sup>4</sup> As mudanças na fisionomia da cidade empregadas durante a administração estadual de Eduardo G. Ribeiro alteraram o espaço urbano da cidade com a construção de novos artefatos culturais ([BENTES, 2008](#)).

<sup>5</sup> Na região amazônica, as árvores do gênero *Hevea brasiliensis* “(...) encontram-se (...) no estado nativo, com prejuizo do trabalhador, que perde muito tempo para percorrel-as (...)” ([RELATÓRIO de 25 de março de 1883, p. 69](#)). Isso fazia com os seringueiros levassem horas para realizar um trabalho, correndo risco de vida, podendo, ainda, serem atacados por animais ou índios ao percorrer trilhas no meio da floresta amazônica.

béri e varíola eram endêmicas nos seringais em decorrência da ausência de profilaxia e a má alimentação dos seringueiros; as distâncias entre os seringais, que exigiam horas para chegar a determinadas localidades; na Ásia, a mão de obra era inferior à empregada na Amazônia; a utilização, na Amazônia, de técnicas primitivas na extração do látex, com esse contexto, torna-se dispendiosa a extração, e inviável ao mercado consumidor devido à goma asiática ter custos menores, tornando-se mais rentável.

O rendimento da árvore adulta nativa era de 1 a 2 quilos, enquanto a da Ásia era de 2,5 quilos. O custo de produção em francos, na Amazônia, era de 7,50; na Ásia, 3,38. Essa diferença de custo de produção entre os dois produtores levou um em detrimento do outro, ou seja, o estabelecimento da crise na Amazônia e o aumento repentino na produção asiática, e, conseqüentemente, a dominação desta no mercado mundial ([SANTOS, 1980](#)).

O diferencial da borracha asiática e da amazônica encontrava-se nos fatores de custo de produção e aplicação científica empregados na sua plantação, enquanto a extração de goma silvestre era realizada de modo de rudimentar, com as árvores nativas espalhadas pela floresta, ou, ainda, com “média 1,5 pés por hectare em exploração, na heveicultura oriental a densidade era de 200 pés, em média, por hectare (...)” ([SANTOS, 1980, p. 233](#)).

As plantações de *hevea*, de acordo com Santos (1980, p. 233), estavam localizadas no oriente em lugares, como: Malásia, Sumatra, Cingapura, Ceilão, Índia e Birmânia, Bornéu Britânico, Indochina e Sião, que juntos propiciaram uma vasta produção de látex. Dessa forma, o extrativismo amazônico e de toda a região amazônica produ-

tora enfrentou a afluência simultânea e o início de uma nova era de falta de recursos oriundos da exportação da borracha silvestre amazônica.

Analisando essas condições expostas, é possível observar que a borracha de origem não silvestre dominaria o consumo das indústrias em poucos anos, considerando o fator relativo aos investimentos feitos, desde a botânica até a extração do látex, que, aperfeiçoada, resultava em um produto com menor custo de extração. Além disso, a gigantesca plantação na Ásia se tornaria referência mundial na produção de borracha, tornando-se forte concorrente da produção realizada na Amazônia, principalmente devido as dificuldades encontradas na selva para realizar a retirada do látex.

As vantagens da plantação na Ásia se tornaram evidentes na afirmação de [Nery \(1906, pp. 41-43\)](#), após as observações feitas pelo consultor geral em Liverpool, aponta:

Nos últimos quatro anos, grandes quantidades de sementes da *hevea* foram ali importadas, e desde esta época cerca de 60.000 acres de terreno têm sido plantados na ilha (Ceilão) e igual área nos Strats Settlements na proporção de 250 árvores por cada acre. As plantações têm sido feitas systematica e scientificamente, de sorte que, em algumas casos as árvores aos três anos já alcançam suficiente força de produção, e na generalidade aos seis anos, contra oito e dez em outras partes do mundo, sendo, portanto, quase toda a borracha aqui importada de Ceilão, o produto dessas árvores de precoce madureza, por isso que poucas há com idade superior a quatro anos.

Para que se tenha idéia da energia com que está sendo dirigida esta industria, basta mencionar que, neste anno, cerca de quatro milhões de sementes foram vendidas a 1d. cada uma e todas plantadas, e provavelmente, es-

te algarismo representa sómente a metade das plantações feitas em Ceilão, no decorrer do anno. Está calculando que neste anno mais 100.000 acres de terra serão aproveitados para o cultivo da borracha nessa ilha e igual área nos Straits Settlements, o que dá um total de 320.00 acres nas duas colonias, representando, na proporção de 250 arvores por acre, oitenta milhões de arvores actualmente em cultivo: assim é que, sem contar com maior incremento no plantio, estas duas colonias inglezas, dentro de poucos annos, estarão em posição de supprir os mercados com a melhor borracha até agora conhecida. Estes factos trazem a precisa clareza, para aquilatarmos o seu alcance e prevermos suas consequencias. Entendo, pois, ser um dever dos poderes publicos despertar e impulsionar a iniciativa particular e, para isso, penso que a organização de concursos agricolas, promovidos pelo governo, concedendo premios a quem maior aprefeiçoamento der á cultura da *hevea* e aos meios de coagulação, produzirá optimos resultados. E' mister tambem, como corollario, a creação de campos de experimentação onde se pratique a selecção e o estudo systematico do melhor modo de extrahir o *latex*. Adoptando-se processos chimicos de coagulação e prensamento.

A área destinada às plantações da *Hevea brasilienses*, na Ásia, se configurava em acres, detendo, cada um, uma área de 2.471 metros quadrados, podendo conter 250 árvores cada. Esses dados dão uma dimensão da plantação, que destronaria a Amazônia do mercado mundial da borracha a partir da primeira década do século XX.

A alta na arrecadação no ano de 1910 foi fruto da valorização recorde da borracha no mercado, tendo proporcionado recursos financeiros ao Estado. Isso, porém se inverteria com o início da desvalorização da borracha no cenário mundial, em decorrência da entrada da borracha asiática no início do século. Seus efeitos tornaram-se perceptí-

veis três anos depois de 1912, quando foram exportadas 43.730 toneladas, contra 28.184 do continente asiático, tendo sua cotação reduzida em dois anos para 440,9 libras esterlinas ([BENCHIMOL, 1999](#)). Isso demonstra que a crise afetou as arrecadações de intendência da receita pública, que, nesse mesmo período, arrecadou apenas 8.349:197\$552 em 1913, contra 12.907:445\$477 em 1912, inferior a de 1910 que ficara orçado em 18.056:133\$475 ([Diário Oficial, 10/11/1942, p. 18](#)).

Um dos fatores que levou ao agravamento da crise foi a demora em percebê-la, visto que ela só se tornou visível de 1914 em diante, quando houve a desvalorização contínua da borracha no mercado mundial.

A crença de que, como em crises anteriores, a situação foi recuperada, quando, no ano seguinte, com a próxima safra, os lucros recuperaram os déficits da safra anterior, tranquilizava as autoridades. Contudo, isso não ocorreu a partir de 1910. De acordo com Bentes:

A partir de 1910, os primeiros sinais de crise no comércio de exportação da borracha silvestre tornam-se mais evidentes. Porém, como a variação de preço no mercado internacional era comum, a maioria da elite local acreditava que esse período de oscilações iria logo acabar e que o preço da borracha iria subir novamente, devido às experiências anteriores. Baseados nessa crença, o governo do Estado e a Associação Comercial do Amazonas não deram a devida importância ao fato e ocupavam-se em organizar congressos para discutir novos métodos de extração da borracha, visando ao aumento de seu preço no mercado, como se nada estivesse acontecendo (...) ([BENTES, 2008, p. 49](#)).

Em 1911, o governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, em sua [Mensagem](#)



(1911, p. 96), destacava o sucesso do “(...) grande campeão do plantio asiático (...)”, referindo-se ao Ceilão. A preocupação com as plantações de *Hevea brasilienses* iniciaram nos primeiros anos da década do século XX, sendo que, apesar da extensa área plantada, só abalaria a economia amazônica a partir de 1915, quando se efetivou a produção e o volume em toneladas, superando a produção extrativa. Passava-se, então, a viver os anos com redução de recursos orçamentários para custear os gastos públicos para continuar o embelezamento da cidade que passava a amargar a sua própria falência.

No final do governo de Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, a crise não demonstrava, ainda, situações desesperadoras, pois a queda nas arrecadações era, como já referido, considerada um fator passageiro em decorrência da oscilação que sempre houvera nas exportações. Porém a depreciação da borracha continuou no governo seguinte de Jonathas Freitas Pedrosa.

No primeiro ano do mandato de governo de Jonathas Pedrosa, em 1913, a situação financeira do Estado do Amazonas começava a ter impactos negativos em decorrência da produção asiática no mercado mundial. A situação era assim analisada pelo governador, e descrita em sua Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa:

Augmento de << modo proibitivo>> de certas verbas da Receita, diminuição de outras, extinção de cargos públicos imprescindíveis à boa marcha da administração do Município, sem nenhuma vantagem de ordem econômica; augmento exagerado de remuneração de certos cargos públicos e diminuição de outros (...).

Um ligeiro exame por mim feito acerca do assumpto, trouxe ao meu espirito a necessida-

de inadiável da revisão quase total do orçamento, como uma medida de salvação pública. Não convém que se occulte as precárias condições financeiras do Amazonas, o decréscimo assombroso de suas rendas, simplesmente para justificar um equilíbrio orçamentário, que não existe, se forem mantidas as verbas referentes à Despesa (MENSAGEM, 1913, pp. 12-14).

Como relatado na sua Mensagem de governo, é possível observar as oscilações na produção gomífera e a queda acentuada causada pela forma de extração da seiva, que propiciou o esgotamento devido às árvores não terem atingido a maturidade.

Claro está que a do corrente ano, não poderá ser superior à dos annos anteriores, attendendo a que a produção tende sempre a baixar, já pelo cansaço e exgotamento das seringueiras, já porque a cultura dessa planta entre nós, é ainda muito incipiente. (MENSAGEM, 1913, pp. 12-14).

Para Santos a crise da borracha ou “(...) o colapso da economia gomífera da Amazônia foi essencialmente a queda súbita dos preços da borracha entre 1911 e 1914, desarticulando quase por completo o sistema primário-exportador da região” (SANTOS, 1980, p. 208). Vê-se, ainda, relatado na mensagem de 1913: “Ao passo que no anno anterior a borracha alcançou esses preços, que já são baixos e não produzem grande resultado ao extractor, a media dos preços do corrente anno será muito inferior a do anno passado (...)” (MENSAGEM, 1913, p. 15), referindo-se à queda nas arrecadações do governo devido o preço comercializado ser, a cada ano, inferior. Com isso aumentava a dívida flutuante do Estado, devido a falta de capital suficiente para liquidá-la, além da diminuição drástica de capitais na

cotação, que afetava diretamente as casas aviadoras e exportadoras, os aviadores e os extratores.

De acordo com [Loureiro \(1994\)](#), a região amazônica, no ano de 1897, era o único fornecedor de borracha ao mercado; no ano de 1911, esse fornecimento caiu para apenas 50%; e chegou a 14,8% em 1917, numa demonstração da situação da crise amazônica e de participação do látex silvestre no mercado mundial.

As dívidas externas do Estado evidenciavam um saldo devedor de Rs. 44.326:495\$ 093 ([MENSAGEM, 1913](#)) e as internas se amontoavam num número alto em apólices<sup>6</sup>. Além dessas dívidas, outras vinham sendo acumuladas e outros empréstimos eram concedidos para efetuar o pagamento de dívidas, fazendo com que estas aumentassem numa progressão aritmética, com a aplicação de multas pelo atraso no pagamento e os juros.

[...] amortização do empréstimo primitivo, depois de pagar os atrasos de 1907, mandei levar a credito do adiantamento, que assim foi decrescendo.

Contractar um Empréstimo para pagar certas dividas, porém, *pagal-as com dinheiro já trazido para amortizar o Empréstimo.* ([MENSAGEM, 1910, pp. 78-85](#)).

No ano de 1913, o governador Jonathas Pedrosa lamentava o que ocorria na cidade, e lembrava a prosperidade e o progresso vividos, quando foram realizadas grandes obras, atreladas à demonstração de riqueza:

<sup>6</sup> “Interna. –[...] o estado desta divida, até o dia 15 do corrente, já se tendo emittido 7.018 apolices de réis 500\$000 cada uma, no valor de Rs. 3.509:000\$000; 10.000 de Rs. 1:000\$000, no valor de Rs. 10.000:000\$000, retando a emittir 982 apolices de Rs. 500\$000 no valor Rs. 491:000\$000” ([MENSAGEM, 1913, p. 23](#)).

za:

Nesses tempos, o Amazonas era o centro de atracção dos desilluidos de outras terras; era rico, tinha uma população prospera e feliz e do seio das manifestações populares expandia-se o sopro de um vigor progressivo, nas lides do trabalho e nas lides da política ([MENSAGEM, 1913, p 24](#)).

Sobre dívidas públicas, como afirmado na [Mensagem \(1914, p. 59\)](#) “os deficits avultam de anno para anno, sobrecarregando de compromissos o Thesouro e tolhendo, em absoluto, a liberdade de acção e iniciativa do governo”. Neste contexto, a dívida, com o passar dos anos, no período de 1910 até 1916, teve um aumento expressivo, sobrecarregando as finanças do Tesouro, pois as dívidas se volumavam ainda mais com os juros, enquanto as arrecadações diminuían a cada ano.

Santos aponta que “os investimentos mal dirigidos e não reinvestidos criam um crescimento urbano provisório e irregular. Num dado momento, algumas cidades disso tiraram proveito, [num dado período de tempo até iniciar o] período de estancamento” ([SANTOS, 1989, pp. 94-95](#)). Tal situação de estancamento fica claramente exposta na [Mensagem de 1913 \(p. 25\)](#): “(...) não é possível promover rapidamente o desenvolvimento economico e a normalisação financeira do Amazonas (...)”. Sabe-se que isso demandaria tempo até uma possível normalidade, em detrimento de se assegurar uma monocultura que já demonstrava, anos antes, uma possível crise, culminando a decadência da *Bella Manáos*, um espaço urbano composto por objetos geográficos construído com impostos oriundos da comercialização da borracha, sendo que a maquina pública não podia mais depender

dela para obter recursos financeiros.

(...) uma estavel posição de concorrente universal, que, permittindo-lhe trilhar o caminho esquecido nos dias prosperos de hontem, pelo desenvolvimento das vias de transporte, talhadas a par e passo das industrias agricola e pastoril, bases primeiras da segurança das industrias fabris, será o marco certo da verdadeira grandeza amazonense, tão cedo prophetizada pelo sabio inglez ([MENSAGEM, 1914, pp. 6-7](#)).

De acordo com [Oliveira \(2003\)](#), a crise amazonense tornou-se mais profunda por esta sua economia voltada a um único segmento, isto é, a exportação de borracha silvestre amazônica, por conta da qual não viabilizaram outras fontes de renda, além de firmarem-se na crença que as oscilações na cotação seriam algo passageiro. “Isso porque nos primeiros anos de aprofundamentos da crise do preço da borracha no mercado internacional, 1910 e 1913, o Município de Manaus sofreu poucos abalos (...)” ([BENTES, 2008, p. 50](#)). Contudo, o agravamento se tornava ainda mais intenso:

A partir da década de 1910, a cidade de Manaus estava vencida, já que passara quase meio século com toda a economia voltada para a borracha e não foram criadas alternativas para a produção de uma cidade perene. E, o que é mais espantoso, persistia a crença da revalorização da borracha nativa, permanecendo as mesmas formas que caracterizavam a produção no período áureo e todas as relações de produção, mantidas na perspectiva da sociedade extrativista, que se apegava aos processos anteriores sem capacidade de mobilização e de busca de novas alternativas ([OLIVEIRA, 2003, p 52](#)).

O plantio e replantio da *hevea* se tornava uma solução apontada pelo governo peran-

te tal situação econômica, porém as técnicas rudimentares na atividade extrativista continuavam a ser aplicadas.

Esse entusiasmo da elite extrativista de acreditar que a goma elástica não se desvalorizaria, fato que ocorreu ao passar dos anos após a queda das cotações no ano 1913, resultou, posteriormente, em efeitos na praça comercial de Manaus, em que “a exportação da borracha diminuiu vertiginosamente e os efeitos da crise abalaram diretamente (...) os segmentos da economia regional [afetando diretamente] as empresas [estas] corriam um serio risco de fechar as portas” ([BENTES, 2008, p. 50](#)). Esses efeitos são esclarecidos pelo governador Jonathas Pedrosa, em sua Mensagem à Assembleia Legislativa:

Os efeitos d’essa depressão economica ahi estão, aos olhos de todos, a manifestar-se por toda parte, em todas as actividades, desde as grandes empresas, organisadas durante o extraordinario periodo anterior e calcadas financeiramente em elementos economicos não mais existentes, até ás grandes e pequenas casas commerciaes d’esta praça, todas ellas atravessando enormissimas dificuldades financeiras, algumas já fallidas e outras na imminencia de não supportarem até a benigna tributação estadual ás industrias e profissões ([MENSAGEM, 1915, p 60](#)).

A situação ficou mais abalada com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, e a crise econômica<sup>7</sup> se agravou mais ainda, como é possível compreender na Mensagem de 1915 (pp. 10-11 *apud* [BENTES, 2008, p. 54](#)):

<sup>7</sup> “(...) a partir de 1915 a crise econômica se apresentava de forma dramática. A exportação da borracha diminuiu vertiginosamente e os efeitos da crise abalaram diretamente a praça comercial de Manaus, afetando todos os segmentos da economia regional” ([BENTES, 2008, p. 50](#)).

“Nesse período [1914 a 1918], a borracha foi considerada contrabando de guerra, ficando proibidas as exportações, exceto para a França e para a Rússia, isso complicava ainda mais a já difícil posição econômica do Estado”.

Assim, a crise anunciada no início do século tornava-se realidade, quando ocorreu a desvalorização da borracha no mercado mundial, a partir de 1912, resultando em cotações cada vez mais baixas, derivado da alta e crescente produção asiática, como se pode observar na [Tabela 1](#) a seguir:

**TABELA 1: Produção da borracha amazônica e asiática: 1900-1918<sup>8</sup>**

**TABLE 1: Production of Amazonian and Asian rubber: 1900-1918**

Anos	Produção de borracha tonelandada		Preço médio em Londres Libras esterlina
	Amazônia	Ásia	
1900	26.750	3	275,5
1901	30.290	4	248,0
1902	28.700	7	248,0
1903	31.095	19	275,6
1904	30.650	41	303,1
1905	35.000	171	330,7
1906	36.000	615	647,6
1907	38.000	1.323	509,8
1908	38.860	2.014	484,6
1909	42.000	3.685	780,8
1910	40.800	8.753	964,5
1911	37.730	15.800	601,7
1912	43.370	28.194	964,5
1913	39.560	47.618	523,6
1914	36.700	71.380	252,6
1915	37.220	107.867	275,6
1916	37.220	152.650	314,6
1917	39.370	204.251	310,6
1918	30.700	200.950	245,2
1919	34.285	381.860	227,4

Fonte: ([BENCHIMOL, 1999, p. 211](#)).

<sup>8</sup>“O quadro acima bem revela a magnitude da crise, que tivemos de enfrentar, pois enquanto a Amazônia continuava a produzir borracha, utilizando métodos primitivos, os países europeus asiáticos, sob a liderança da Inglaterra e outros países europeus conseguiram domesticar a seringueira silvestre amazônica, realizando na Ásia uma verdadeira revolução tecnológica através da heveicultura racional” ([BENCHIMOL, 1999, p. 211](#)).

As oscilações nas cotações internacionais até meados de 1912 parecia que iam se recuperar, mas a crescente oferta de borracha produzida na Ásia desvalorizava cada vez mais a brasileira, de forma que ficou cotada entre 227£ a 314£, bem menos que nos anos de prosperidade da borracha silvestre amazônica.

Com essa desvalorização contínua e as cotações em níveis baixos levaram, conseqüentemente, a uma redução na arrecadação de impostos sobre exportação, importando, desse modo, na ausência de capital no tesouro. Destaca-se que, no período de 1890-1910 houve, gastos excessivos da máquina pública referente na execução de obras de embelezamento, urbanismo e de salubridade, sendo que, já no início da crise, geravam um descompasso econômico, pois as arrecadações não supriam mais as necessidades de tais obras que eram realizadas na cidade, tendo “conseqüente deficiência das rendas das alfândegas e do tesouro nacional, cumulado de vultuosos compromissos e excessivas despesas (...)” ([MENSAGEM, 1915, p. 62](#)) compromissos referentes a empréstimos<sup>9</sup> e despesas do governo.

Desde o início da crise percebe-se o descompasso econômico em decorrência das baixas arrecadações de intendência prove-

<sup>9</sup> “Em 1918, os problemas econômicos se apresentaram de forma mais evidente, inclusive, os administradores públicos afirmavam que o Executivo Municipal encontrava-se impossibilitado de realizar serviços regulares de manutenção da administração pública, devido ao agravamento da crise econômica que se refletia no erário Estadual e Municipal. As arrecadações se tornavam cada vez mais baixas e, somavam-se a essa situação as obrigações de pagamentos de altos juros e multas cobradas pelo London and Brazilian Bank, Limited, referentes ao empréstimo realizado em 1906, no valor de 350.000 libras esterlinas, alvo de críticas dos administradores da época” ([BENTES, 2008, p. 86](#)).

nientes da queda do preço oferecido à borracha no mercado mundial. A consequência disso foi a paralisação de certas obras e serviços públicos, mesmo aqueles considerados de extrema importância à população, conforme relato do governador Jonathas Pedrosa: “abandonou não só o abastecimento d água a esta cidade como todas as obras e dependências que estavam a seu cargo” ([MENSAGEM, 1915, p. 47](#)).

A cidade de Manaus começava a ter ares de abandono<sup>10</sup> e ao mesmo tempo apresentava uma deficiência para manter em funcionamento os principais serviços públicos, prejudicando a qualidade de vida dos moradores, devido “uma violenta depressão em seu coeficiente econômico” ([MENSAGEM, 1915, p. 59](#)), fazendo desaparecer “novos investimentos estrangeiros na Amazônia” a partir de 1910 ([LOUREIRO, 1986, p. 81](#)).

Uma das ações tomadas foi a realização de inúmeros cortes no orçamento do Estado, afetando desde o pagamento do funcionalismo público até as obras de infraestrutura, buscando viabilizar a diminuição das despesas e evitar novos empréstimos e aumento da dívida. Mais uma vez isso fica evidente na Mensagem do governador Jo-

nathas de Freitas Pedrosa:

Para conseguirmos, já não digo equilibrar a despesa com a receita, o que agora nos é totalmente impossível, mas, ao menos, reduzir o deficit, impõe-se inadiavelmente uma providencia radical, que o vosso interesse pela causa publica e o conhecimento dos negocios vos indicarão.

A vossa preocupação maxima, entretanto, em beneficio de todos, deve ser o córte inexoravel nas despesas, reduzindo-as tanto quando fôr possível, sem prejuizo da administração ([MENSAGEM, 1914, p. 61](#)).

Dessas causas decorrem naturalmente as dificuldades que tem encontrado o Governo de v. exc. em attender pontualmente aos pagamentos das obrigações da Lei orçamentária em que a despesa, além de exceder bastante á receita fixada, acha-se onerada de um credito illimitado na verba Exercicios Findos, por onde corre o volumoso passivo accumulado durante as administrações passadas ([MENSAGEM, 1915, p. 79](#)).

As consequências desses cortes para equilibrar as finanças resultaram na ausência de manutenção do Teatro Amazonas, paralisada devido a escassez de recursos financeiros para custear a reforma.

Conforme já tive ocasião de dizer-vos em mensagem anterior, deixar um tanto a desejar o estado de conservação desde proprio do Estado, um dos mais importantes monumentos desta Capital, carecendo de pinturas e concertos inadiaveis, não só na sala de espectaculos como no proprio palco, hoje desprovido de cenários e outros utensilios.

A casa das machinas que fornecem a energia electrica, está prestes a desabar, não supportando concertos, tão estragada se encontra ([MENSAGEM, 1914, p. 36](#)).

Um dos agravantes da desvalorização da borracha foi a desestruturação parcial da

<sup>10</sup> “Das 8.000 casas que a constituem, mais de 2.000 estão desabitadas, inclusive inúmeras nas principais ruas comerciais. As famílias menos abastadas tiveram de constituir verdadeiras repúblicas, para assim, reunidas, repartindo as despesas, poderem fazer face às dificuldades” ([LOUREIRO, 1986, p. 116](#); [LOUREIRO, 2008, p. 146](#)). “A falta de créditos só piorava o quadro, já que os bancos particulares recusavam-se a realizar negócios incertos; famílias inteiras abandonavam a região levando nas malas o que sobrou do surto de modernidade; uma pequena parte da elite local transferia-se para o Rio de Janeiro; os exportadores em sua maioria, ingleses e alemães deixavam a cidade; e os trabalhadores em busca de trabalho seguiam para outras terras” ([LITAIFF PRAIA, 2010, p. 26](#)).

rede composta pelas casas aviadoras<sup>11</sup> que recebiam pela comercialização da borracha e enviava mantimentos, como designa [Bentes \(2008\)](#), o “rancho”, que não era mais enviado devido à depreciação da goma e ausência de capital na praça comercial.

O seringueiro, para ir trabalhar no seringal, necessitava de instrumentos de trabalho e alimentos para se manter, os instrumentos e o “rancho” eram fornecidos pelo seringalista por meio do sistema de crédito, cuja garantia de pagamento era a borracha que o seringueiro iria extrair; o seringalista, para fornecer os instrumentos e o “rancho” ao seringueiro, precisava de recursos que eram conseguidos com as casas aviadoras, localizadas em Manaus e em Belém; as casas aviadoras forneciam os créditos solicitados pelos seringalistas e recebiam como garantia de pagamento a produção vinda dos seringais. Os donos das casas aviadoras obtinham os créditos, que eram entregues aos seringalistas, com os representantes do capitalismo internacional. Foi essa rede de relações que dependia visceralmente do mercado internacional, criada pelo sistema de aviamento, que alterou significativamente as relações econômicas internas ([BENTES, 2008, p. 51](#)).

Como consequências houve o fechamento de algumas empresas em Manaus<sup>12</sup> e

<sup>11</sup> “Nos primeiros anos da crise houve mesmo que precária a continuidade do sistema de aviamento, este foi drasticamente reduzido a menos de um “quinto em relação aos anos de grande movimento” ([LITAIFF PRAIA, 2010, p. 35](#)).

<sup>12</sup> A instabilidade econômica proveniente da crise do principal produto de exportação do Estado apresentava o seu drama: as falências das casas aviadoras (as mais fracas faliram logo, poucas conseguiram resistir, o sistema inteiro de aviamento foi abalado); o aumento do desemprego de dezenas de milhares de indivíduos; falências de bancos particulares enquanto, o Banco do Brasil suspendia seus auxílios ao comércio; companhias de seguros foram extintas; a frota fluvial teve seu número reduzido; os vapores que animavam o grande rio ficaram quase desocupados; com a queda brusca da

Belém, demonstrando a fragilidade do sistema de aviamento constituído no processo de exploração e de comercialização da borracha. “Esse sistema era composto por uma intrincada rede de dependência entre os seus agentes sociais, do seringueiro aos donos das casas aviadoras nacionais até os representantes do capitalismo internacional” ([BENTES, 2008, p. 51](#)).

No início dos anos 30 os administradores de governo ainda buscavam construir possíveis caminhos que revertesse o quadro econômico, e um desses caminhos enfocados na administração estadual de Dorval Porto estaria ligada a reconstrução das atividades econômicas ligadas “às plantações intensas da seringueira nativa, da castanha, do cacau e do guaraná” estabelecendo uma “diversificação dos produtos na pauta de exportação” se constituindo em uma “alternativa para superação da crise, isso demonstra que a administração pública” continuou “investindo no extrativismo e não na industrialização” ([BENTES, 2008, p. 66](#)), sendo investindo no último via ação do governo federal no final da década de 60.

Apesar da crise da borracha ter se desenvolvido a partir da segunda década do século XX, diversas construções erguidas entre 1880 e 1910 continuam a existir na paisagem urbana da cidade de Manaus, assim como, outros objetos construídos desse período estão presentes em Belém, Rio Branco e Porto Velho com a Ferrovia Madeira Mamoré.

De acordo com [Santos \(1989\)](#), várias ci-

---

receita, o poder público passou a não efetuar mensalmente os vencimentos do funcionalismo estadual e municipal; a situação dos fornecedores que não recebiam pelos serviços prestados ao Estado e ao Município ficava desesperadora; na cidade setores inteiros de casas ficaram abandonadas ([LITAIFF PRAIA, 2010, p. 25](#)).

dades do mundo assimilaram o que seria uma cidade moderna. Nas últimas décadas a reprodução daquilo que se entendia como moderno prevaleceu, inclusive em Manaus. Buscou-se alterar o sítio urbano<sup>13</sup> que, segundo [Oliveira \(2003, p. 28\)](#), “modificou-se, a posição de Manaus não é a mesma, tudo se modificou, mas principalmente a cultura, a partir da transformação de hábitos e costumes”. Além disso, os administradores visavam alterar o relevo da cidade.

As transformações na cidade ainda são visíveis e deixaram marcas. Uma delas, apesar de não ter sido concluída, alterou o espaço físico com obras de aterro de inúmeros igarapés. A ideia de planificar a cidade, assim como a quadriculação das ruas, sendo notável na [Figura 1](#).

Figura 1: Planta da cidade de Manaus  
Figure 1: Plant of the city of Manaus



Fonte: [\(BENTES, 2008, p.166\)](#).

Os objetos construídos em um espaço geográfico são marcas de um tempo histórico de uma determinada época, como um apogeu econômico, tendo formas espaciais

<sup>13</sup> A noção de sítio urbano refere-se ao conjunto urbano e ao conjunto individualizado do espaço, seja pelos seus aspectos naturais, seja pelos fatos arquitetônicos, sociais, históricos e econômicos ([OLIVEIRA, 2003, p. 28](#)).

daquele momento de fausto que resiste ao tempo histórico e as intempéries naturais e antrópicas, esses objetos são como testemunhos de como a cidade se caracterizou em um período econômico e como os administradores organizaram-na para torná-la atrativa aos investidores nacionais e estrangeiros.

O centro histórico da cidade de Manaus representa, em primeiro lugar, localizações antigas que passaram a condicionar as novas localizações. Parte-se das alterações trazidas pelo processo de ocupação, ocorreu em aproximadamente um século sofreu e intensas modificações e se alternou, de tal forma, o significado das ocupações e a utilização das construções referentes a casas e estabelecimentos foram parcialmente apagadas, ou seja, alguns imóveis foram perdendo o significado histórico de uso, porém outros, como o Teatro Amazonas ainda mantém o seu valor simbólico.

As formas espaciais fixas, criadas pelo modo de produção, podem desaparecer, e se cristalizam muitas vezes nas memórias ([SANTOS, 2004](#))<sup>14</sup>. No caso específico de Manaus, as estruturas de alvenaria e as leis do Código de Postura não exercem a mesma função que tiveram no passado apesar da cristalização. A [Figura 2](#) representa, ao mesmo tempo, a paisagem pretérita e o atual abandono de prédios no centro histórico.

<sup>14</sup> Compreendendo esse processo Santos ainda ressalta que o espaço, “(...) é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se faz paralelamente à mudança de processos; ao contrario, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas” ([SANTOS, 2004, p. 173](#))

Figura 2. Abandono estruturas que variam de casa à estabelecimentos comerciais<sup>15</sup>, que funcionaram plenamente no ciclo da borracha, e na atualidade algumas dessas construções encontram-se deterioradas.

Figure 2. Leaving structures that vary from home to commercial establishments, which have fully functioned in the rubber cycle, and at present some of these constructions are deteriorated.



Fonte: Thiago O. Neto (18/04/13).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Concomitante às descrições e análises apontadas neste estudo, foi possível verificar que os administradores de governo não procederam ao mesmo modo que os ingleses. Estes iniciaram uma plantação com o propósito de realizar produção crescente de borracha, bem como houve um aperfeiçoamento das técnicas desde o plantio até a retirada do látex nas áreas plantadas. Mesmo com a evidência de grandes áreas destinadas aos seringais na Ásia, o poder público manauara permaneceu na inércia, tendo poucas atitudes tomadas no período de 1880 a 1910. O resultando desse fator foi o meio século de crise que a cidade vivenciou.

Contudo, há que se observar, a crise da borracha foi um fator sustentado por inúmeros pilares, de tal maneira que o Estado não mobilizou outra via que fornecesse lu-

ros aos investidores e recursos aos cofres públicos. O resultado da crise foi a ausência de investimentos na única fonte de renda, o que deu início ao descompasso econômico, marcado pelo endividamento, queda vertiginosa nas arrecadações, o abandono nos seringais como reflexo da situação que afetou também os seringueiros pela baixa cotação no mercado mundial, esta última devido à concorrência e a oferta demasiada do produto no mercado.

Apesar de inúmeros relatos nos documentos do governo, antes de 1910 é possível observar que os governantes estavam cientes da situação, mas continuaram optando pelo extrativismo da borracha e não viabilizaram diversificar a economia, fazendo com que, em meados da primeira década do século XX, a economia sofresse impactos com a diminuição no preço pago pela tonelada de borracha e, conseqüentemente, o fechamento de estabelecimentos comerciais, ligados ou não ao núcleo extrativista.

Sem tomar qualquer medida para estabilizar a situação, a crise se manteve num estado agravante até o final do governo de Jonathas Pedrosa, cujos primeiros anos foram marcados pelo choque pelas baixas arrecadações, tendo chegado a menos da metade do que se arrecadava, demonstrando a complexidade e a escala que chegou. As medidas tomadas depois de 1912 podem ser caracterizadas como de caráter paliativo apenas, não sendo sequer demonstrado viabilidade financeira, o que comprometeu ainda mais o orçamento.

Apesar da diminuição dos recursos do tesouro, as construções materializadas no período áureo e aquelas construídas num ritmo mais lento durante a crise da borracha, continuam a existir em uma fração ter-

<sup>15</sup> Construção referente a área do Porto de Manaus.



ritorial de Manaus, essas formas espaciais permanecem e condicionam ações até o presente.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras**, vol. XIV, p. 77-97, 1998.

\_\_\_\_\_. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação contribuição à História do Pensamento Geográfico Brasileiro. In: **Revista Brasileira de Geografia**. v. 4, n 1, p. 21-122, 1994.

BENCHIMOL, S. **Amazônia Formação Social e Cultural**. Manaus: Valer: 1999.

\_\_\_\_\_. **Estrutura Geo-social e Econômica da Amazônia**. Vol. 2º. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

BENTES, D. dos S. **Outras faces da história: Manaus 1910-1940**. 2008. 208 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Departamento de História, UFAM, Manaus, 2008.

DIAS, E. M. **A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. 1988. 121 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. Manaus: Valer, 2007.

FERREIRA, S. M. P. **Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Curso de Pós-Graduação em Ciências Econômicas. UNICAMP, São Paulo, 2005.

LITAIFF PRAIA, B. **A Crise da Economia Gumífera e o Mundo do Trabalho em Manaus (1910-1930)**. 2010. 204 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UFAM, Manaus, 2010.

LOUREIRO, A. J. S. **A grande crise (1909-**

**1916)**. Manaus: Edição do autor. 1986.

\_\_\_\_\_. **Tempos de Esperança**. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1994.

\_\_\_\_\_. **A grande crise (1909-1916)**. Manaus: Valer, 2008.

KLEIN, D. da S. A crise da borracha: a cadeia de aviamento em questão entre o Pará e o Acre no início do século XX. **História, Histórias**. Brasília, v. 2, n. 4, pp. 187-199, 2014.

MESQUITA, O. M. de. **Manaus História e Arquitetura (1852-1910)**. Manaus: Valer. 1999.

\_\_\_\_\_. La Belle Vitrine. **O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900)**. 2005. 439 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, UFF, Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, J. A. **Manaus de 1920-1967: A cidade doce e dura em excesso**. Valer\EDUA, 2003.

SANTOS, M. **Manual de geografia urbana**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1989.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia Nova: da crítica da Geografia a uma nova crítica**. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **A natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiróz, 1980.

WEINSTEIN, B. **A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC-EDUSP: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

## DOCUMENTOS DE GOVERNO

Edição Comemorativa do 5º Aniversário do Estado Novo Estado do Amazonas Diário Oficial Administração do Dr. Alvaro Maia de 10 de novembro de 1942, terça-feira, n.

14.169, ano XLIX.

**EXPOSIÇÃO** com que o Coronel Guilherme José Moreira 1º vice-presidente da Província do estado do Amazonas, entregou a administração ao presidente Dr. Theodoro Carlos de Farias Souto em 11 de março de 1884.

**FALLA** com que o Exm. Sr. Dr. Satiro de Oliveira Dias, presidente da província do Amazonas, abriu a 2ª sessão da 15ª legislatura da Assembléia Provincial em 4 de abril 1881.

**MENSAGEM** lida perante o congresso dos Srs. Representantes em 1º de março de 1896 pelo Exmo. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, governador do estado.

**MENSAGEM** Lida perante o Congresso na abertura da Terceira Sessão Ordinária da quinta legislatura pelo Governador do Estado Dr. Antonio Constantino Nery, em 10 de julho de 1906.

**MENSAGEM** lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Segunda Sessão Ordinária da sétima legislatura, pelo Exmo. Snr. Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bitencourt, Governador do Estado em 10 de julho de 1910. Manáos, Secção de Obras da Imprensa Oficial. 97 – Rua Municipal – 97, 1910.

**MENSAGEM** lida perante o Congresso do Amazonas, na abertura da Primeira sessão ordinária da sétima legislatura, pelo Exmo. Snr. Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bitencourt, Governador do Estado, em 10 de julho de 1911. Manáos, Secção de Obras da Imprensa Oficial. 97 – Rua Municipal – 97, 1911.

**MENSAGEM** lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Terceira sessão ordinária da sétima legislatura, pelo Exmo. Sr. Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bitencourt, Governador do Estado, em 10 de

julho de 1912. Manáos, Secção de Obras da Imprensa Oficial. 97 – Rua Municipal – 97, 1912.

**MENSAGEM** lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da primeira sessão ordinária da oitava legislatura, pelo Exmo. Sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa Governador do Estado, em 25 de fevereiro de 1913. Manáos, Secção de Obras da Imprensa Oficial. 97 – Rua Municipal – 97, 1913.

**MENSAGEM** lida perante a Assembleia Legislativa por ocasião da Abertura da segunda sessão ordinária da oitava legislatura, em 10 de julho de 1914, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, Jonathas de Freitas Pedrosa, acompanhado dos Relatórios dos Chefes de Repartições. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Pública. 97 – Rua Municipal – 97, 1914.

**MENSAGEM** lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da Terceira sessão ordinária da oitava legislatura pelo Exmo. Sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, Governador do Estado, em 10 de julho de 1915. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Pública. 97 – Rua Municipal – 97, 1915.

**MENSAGEM** lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da Sessão extraordinária da nona legislatura pelo Exmo. Sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, Governador do Estado, em 15 de janeiro de 1916. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Pública. 97 – Rua Municipal – 97, 1916.

**MENSAGEM** lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da Segunda Sessão Ordinária da Nona Legislatura, pelo Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar, Governador do Estado, em 10 de julho de 1917. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Pública. 97 – Rua Municipal – 97, 1917.

**RELATÓRIO** com que o Exmo. Sr Tenente Coronel Clarindo de Queiroz, presidente da Província do Amazonas, abriu a 1ª sessão da 15ª. Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, em 31 de março de 1880.

**RELATÓRIO** com que, em 17 de março de 1882, o 2º Vice-Presidente da Província do Amazonas Dr. Romualdo de Souza Paes de Andrade entregou a administração ao Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá.

**RELATÓRIO** apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da décima sexta legislatura, em 25 de março de 1883 pelo presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá. 25 de março de 1883.



License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Artigo **recebido** em 30 de abril de 2016.

**Avaliado** em 28 de novembro de 2016.

**Aceito** em 20 de dezembro de 2016.

**Publicado** em 28 de março de 2017.

**Como citar este artigo (ABNT):**

OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo Jose Batista. A cidade de Manaus e a crise da borracha: uma breve análise histórica. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 6, n. 3, p. 09-27, set./dez. 2016.